



DELIBERAÇÃO N.º 004/10 - COMED/PGUÁ

APROVADA EM: 26/ maio/ 2010

CÂMARAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ / ESTADO DO PARANÁ

ASSUNTO: Normas para a elaboração dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.

CONSELHEIROS RELATORES: DANIELE APARECIDA FERREIRA E FABÍOLA SOARES

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2759/07, e tendo em vista o que consta na Portaria nº 001/10-COMED/Pguá, de 02 de março de 2010, das Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas.

LEMBRAR CONFORME SUBSEÇÃO III - DA VOTAÇÃO, EM SEU ART 95 - EMENDAS: SUPRESSIVAS, SUBSTITUTIVAS, ADITIVAS E DE REDAÇÃO

DELIBERA:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DA ELABORAÇÃO

Art. 1º - Os Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino serão elaborados contemplando os aspectos contidos na presente Deliberação e no Parecer COMED/PGUÁ que a esta se incorpora.

Art. 2º - O Regimento Escolar é o documento que confere ao Projeto Político Pedagógico do Estabelecimento de Ensino seu embasamento legal.

§ 1º - O Regimento Escolar estará fundamentado nas concepções e na organização expressas no Projeto Político Pedagógico.

§ 2º - No Regimento Escolar estarão expressos a estrutura e o funcionamento do Estabelecimento de Ensino, sua organização administrativa, pedagógica e

disciplinar fundamentados nos princípios legais que regulam o Sistema Municipal de Ensino.

Art. 3º - A elaboração do Regimento Escolar será coletiva, envolvendo todos os segmentos da Comunidade Escolar, pautada no princípio de Gestão Democrática.

§ 1º - Entende-se por Comunidade Escolar: educandos, pais e profissionais da Educação (diretor, coordenação pedagógica, orientação pedagógica, professor, secretário geral, assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais e outros).

§ 2º - Por expressar a autonomia dos Estabelecimentos de Ensino, a elaboração do Regimento Escolar é atribuição específica e exclusiva de cada Unidade, sendo vedada a elaboração de regimento único para um conjunto de unidades.

Art. 4º - O Regimento Escolar obedecerá a uma ordem lógica e coerente, ordenada por assuntos, do geral para o particular, organizado em títulos, capítulos e seções, composto por artigos.

Parágrafo Único - Cabe à SEMEDI assessorar os Estabelecimentos de Ensino na organização do Regimento Escolar.

Art. 5º - O Regimento Escolar não incluirá determinações menores, que podem ser alteradas em curto espaço de tempo.

Parágrafo Único - O Regulamento Interno do Estabelecimento de Ensino é o documento que pode ser alterado anualmente conforme as necessidades apresentadas, desde que coerente com a legislação, com o Projeto Político Pedagógico e com o Regimento Escolar da Instituição e discutido com toda a Comunidade Escolar.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA

Art. 6º - O Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino terá os seguintes elementos:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I - IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E MANTENEDORA

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

TÍTULO II - ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Seção I - Do Conselho Escolar

Seção II - Da Equipe de Direção

Seção III - Dos Órgãos Colegiados de Representação da Comunidade Escolar

Seção IV - Do Conselho de Classe

Seção V - Do Conselho de Avaliação da Educação de Jovens e Adultos

Seção VI - Da Equipe Pedagógica

Seção VII - Da Equipe Docente

Seção VIII - Da Equipe Técnico-Administrativa

Seção IX - Da Equipe Auxiliar Operacional

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Seção I - Dos Níveis e Modalidades de Ensino da Educação Básica

Seção II - Dos Fins e Objetivos da Educação Básica de cada Nível e Modalidade de Ensino

Seção III - Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento.

Seção IV - Da Matrícula

Seção V - Do Processo de Classificação

Seção VI - Do Processo de Reclassificação

Seção VII - Da Transferência

Seção VIII - Da Frequência

Seção IX - Da Avaliação da Aprendizagem, da Recuperação de Estudos e da Promoção

Seção X - Do Aproveitamento de Estudos

Seção XI - Da Adaptação

Seção XII - Da Revalidação e Equivalência

Seção XIII - Da Regularização de Vida Escolar

Seção XIV - Do Calendário Escolar

Seção XV - Dos Registros e Arquivos Escolares

Seção XVI - Da Eliminação de Documentos Escolares

Seção XVII - Da Avaliação Institucional

Seção XVIII - Dos Espaços Pedagógicos

TÍTULO III - DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE ESCOLAR

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS DOCENTES,
EQUIPE PEDAGÓGICA E DIREÇÃO

Seção I - Dos Direitos

Seção II - Dos Deveres

Seção III - Das Proibições

CAPÍTULO II - DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA,
ASSISTENTES DE EXECUÇÃO E DA EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL

Seção I - Dos Direitos

Seção II - Dos Deveres

Seção III - Das Proibições

CAPÍTULO III - DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E AÇÕES EDUCATIVAS PEDAGÓGICAS E
DISCIPLINARES DOS ALUNOS.

Seção I - Dos Direitos

Seção II - Dos Deveres

Seção III - Das Proibições

Seção IV - Das Ações Educativas, Pedagógicas e Disciplinares

CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Seção I - Dos Direitos

Seção II - Dos Deveres Seção III - Das Proibições

TÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - A ordem dos Títulos, Capítulos, Seções e Subseções que compõem a estrutura do Regimento Escolar podem variar, por iniciativa do Estabelecimento de Ensino, devendo ser observado, necessariamente, o elenco de assuntos a serem dispostos.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - Quaisquer alterações nos Regimentos Escolares vigorarão somente para o ano letivo subsequente.

Art. 9º - O Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino será discutido e aprovado por toda a Comunidade Escolar em Assembléia Geral e posteriormente encaminhado à SEMEDI juntamente com a Ata da Assembléia e assinatura dos Conselheiros Escolares.

Art. 10 - Cabe à SEMEDI, no processo de elaboração dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino:

I - garantir Plano de Formação Continuada aos profissionais de Educação, tendo em vista os elementos constitutivos do Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino;

II - prever no calendário escolar espaços/tempos para elaboração coletiva do Regimento Escolar nas horas-atividade, reuniões pedagógicas, grupos de estudo, conferências, seminários;

III - garantir as condições físicas e materiais para a efetiva participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar;

IV - estabelecer uma política de acompanhamento aos Estabelecimentos de Ensino, em seu processo de elaboração dos Regimentos Escolares;

V - analisar, aprovar e emitir Ato Próprio de aprovação dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino.

Art. 11 - Os Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino serão reformulados a cada cinco anos.

§ 1º - A partir da data da homologação desta Deliberação os Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino

terão o prazo de um ano para realizar a reformulação dos seus Regimentos Escolares.

§ 2º - Os Estabelecimentos de Ensino elaborarão cronograma de trabalho para reelaboração dos seus Regimentos Escolares, estabelecendo as atividades que envolverão toda a Comunidade Escolar, constando em seu calendário.

§ 3º - A cada cinco anos, os Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino serão encaminhados à SEMEDI, para emissão de Ato Próprio de aprovação.

§ 4º - A análise para aprovação da SEMEDI limitar-se-á à legalidade das disposições regimentais, vedada sua apreciação do ponto de vista organizacional, pedagógico ou filosófico.

Art. 12 - O COMED é instância para recurso da aprovação dos Regimentos Escolares.

Art. 13 - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Relação de Conselheiros que aprovam a proposta de Deliberação:

Cons. Antonio Luiz Freitas Morato, Daniele Aparecida Ferreira, Emérico Arnaldo de Quadros, Fabíola Soares, Fátima Oliveira C. Algodoa, Franciele de Souza, Luciana Tavares de Miranda, Simone Pereira de Mello, Tânia do Rocio Rabij e Valmir Roberto M. Júnior



PROCESSO N.º 004/10

PARECER Nº 0007 /10 - COMED

APROVADO EM: 26/ maio/2010

CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS E DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ

ESTADO DO PARANÁ

ASSUNTO: Normas para a elaboração dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.

CONSELHEIROS RELATORES: DANIELE APARECIDA FERREIRA E FABÍOLA SOARES

1. HISTÓRICO

O Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, criado pela Lei Municipal nº 69/07, no exercício da competência complementar das normas federais, conforme estabelece o artigo 11 da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), tem como órgão normativo, consultivo e deliberativo o Conselho Municipal de Educação (COMED), instituído pela Lei Municipal nº 2759/07. Cabe a ele, portanto, a plena competência para o estabelecimento das normas para a elaboração dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.

2. MÉRITO

A Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96 em seu artigo 24, aponta a necessidade e importância de que cada Estabelecimento de Ensino tenha seu Regimento Escolar e nele estabeleça a sua organização e suas normas de funcionamento. Não existe na LDB um artigo específico tratando da organização administrativa-pedagógica-disciplinar dos estabelecimentos de ensino, porém o artigo 24 cita o Regimento Escolar:

"Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (...)III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino; (...) V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: (...) e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;(...)"

O Regimento Escolar deverá regular e disciplinar o funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino, ele é o documento legal de existência da Instituição, no qual está normatizada sua organização administrativa, pedagógica e disciplinar. O Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 05/97 explicita ainda a autonomia dos Estabelecimentos de Ensino em relação à elaboração de seus Regimentos Escolares:

Este Conselho utilizou como referencial básico para a elaboração deste documento, além da legislação acima descrita, a Deliberação nº 16/99 e a Indicação nº. 07/99 do Conselho Estadual de Educação (CEE/PR); o Caderno de Apoio, SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR - 2. ED.REV. atual., publicado em 2008 pela Superintendência da Educação - Coordenação de Gestão Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

Os regimentos escolares são, indubitavelmente, uma forma de manifestação do Direito, ainda que atuem internamente e tenham por objetivo regular o funcionamento de cada estabelecimento. Daí porque o regimento escolar merece especial destaque. O regimento é um ato administrativo normativo que regula o funcionamento do estabelecimento de ensino. Ele é a "lei da escola". Toda a legislação educacional, desde a Constituição até os pareceres normativos dos Conselhos de Educação chegam, ao final, à escola, que institucionaliza e concentra seus princípios e procedimentos no regimento escolar. Sob este aspecto, o regimento se constitui numa autêntica síntese do projeto político-pedagógico da escola. Alguns juristas, porque o regimento disciplina toda a organização e funcionamento da escola, definindo-a enquanto instituição educativa chega a afirmar que, por ele, cria-se a própria escola.

Pela sua própria natureza, este documento deve ser claro e objetivo, assentando-se sobre os propósitos, diretrizes e princípios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico. Embora possa vir a ter modificações e acréscimos, o Regimento Escolar é um documento feito para perdurar, portanto não deverá incluir determinações menores, que podem ser alteradas em curto espaço de tempo. Tais determinações serão conteúdos do Regulamento Interno da Instituição de Ensino. Este último é um documento elaborado coletivamente pela Comunidade Escolar, coerente com a legislação e com o Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar da Instituição de Ensino. É um documento que pode ser discutido anualmente e alterado conforme as necessidades e situações que ocorrem no interior do Estabelecimento de Ensino.

Por expressar a autonomia dos Estabelecimentos de Ensino, a elaboração dos Regimentos Escolares é atribuição específica e exclusiva de cada Estabelecimento, sendo vedada a elaboração de regimento único para um conjunto de estabelecimentos de ensino. Da mesma forma como na elaboração do Projeto Político Pedagógico, tendo em vista o princípio da Gestão Democrática, os Regimentos Escolares serão construídos coletivamente pela comunidade escolar, já que este regulamentará as relações de todos os envolvidos no processo educativo. O Conselho Escolar tem a função de coordenar a elaboração do Regimento Escolar, assim como de fiscalizar o seu cumprimento. No Regimento Escolar estarão expressos a estrutura e o funcionamento do Estabelecimento de Ensino, sua organização administrativa e pedagógica, fundamentando-se nos princípios constitucionais e na legislação que regula o Sistema Municipal de Ensino. A partir da data de homologação da Resolução anexa a este Parecer, os Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino terão três (3) anos para realizar a reformulação dos seus Regimentos Escolares. A cada três (3) anos os Regimentos Escolares serão devidamente encaminhados à SEMEDI, a qual caberá analisar, aprovar e emitir Ato Próprio de aprovação dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino. Além disso, caberá à SEMEDI garantir Plano de Formação Continuada aos profissionais de Educação, tendo em vista os elementos constitutivos do Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino; prever no calendário escolar espaços/tempos para elaboração coletiva do Regimento Escolar nas horas-atividade, reuniões pedagógicas, grupos de estudo, conferências, seminários; garantir as condições físicas e materiais para a efetiva participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar; estabelecer uma política de acompanhamento aos Estabelecimentos de Ensino, em seu processo de elaboração dos Regimentos Escolares.

3. VOTO DA RELATORA

Este documento, considerado a "lei do Estabelecimento de Ensino" será decorrente do Projeto Político Pedagógico, ou seja, estará embasado nas concepções e na organização lá expressas, incorporando no processo de sua elaboração os aspectos legais pertinentes, além das decisões exclusivas do Estabelecimento de Ensino no que concerne a sua estrutura e funcionamento.

A Relatora vota no sentido de que estas normas norteiem os rumos da Educação em nosso município por apresentar a organização jurídica da Instituição de Ensino, obedecerá a uma ordem lógica e coerente, ordenada por assuntos, do geral para o particular, organizado em títulos, capítulos e seções, composto por artigos, sendo atribuição da SEMEDI assessorar os Estabelecimentos de Ensino na organização do documento.

O presente Parecer com a proposta de Deliberação em anexo, tem o objetivo de assegurar a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino e estabelecer as normas próprias para o regimento escolar.

É o Parecer.

Paranaguá, 26 de maio de 2010.

Conselheira FABÍOLA SOARES